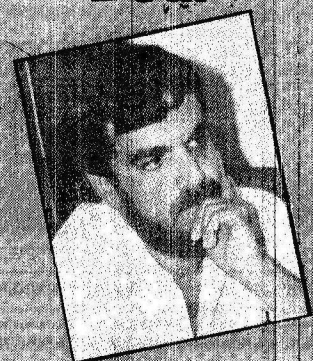


OS MÚSICOS DA NOITE

Dodi



Não acredito que o turista que vem a Brasília só queira ir ao Stalão

Rênio Quintas



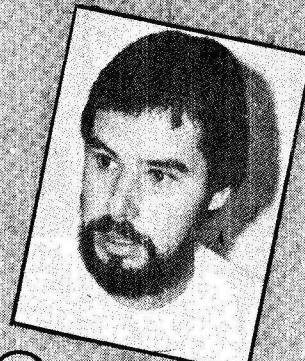
Os músicos precisam se conscientizar da função da Ordem dos Músicos e do Sindicato

Jorge Leite



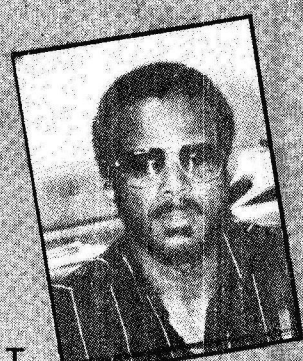
Com a música ao vivo há a possibilidade de um maior faturamento.

Marcus Pereira



Carra vai a um bar, geralmente, para bater papo, beber chope e comer batata frita

Daniel Jr.



Houve tempo que a polícia chegava nos bares com metralhadora na mão, para prender músico

Glória Maria



Canto tanto para o Presidente da República, como para o frequentador de cabaré

Brasília sai de casa e o trabalho aumenta

De uns dois anos para cá, o brasiliense vem assistindo à proliferação de casas noturnas — pequenas e de médio porte — que apresentam como atração principal, não o chope e a batata frita, mas música ao vivo, na interpretação de alguns dos melhores instrumentistas e cantores da cidade.

Há quem diga que isso se verifica em razão do interesse crescente que a música, desalojada do seu habitat natural, os teatros e as casas de espetáculo, vem despertando, num ambiente mais intimista, proporcionado pelos barzinhos. Esse súbito interesse é explicado, ainda, como um sintoma de empobrecimento da classe média, que, ao optar por uma casa noturna que ofereça música ao vivo, pode ter atendida sua necessidade de lazer, diversão e de prática cultural.

Foi para debater, discutir, questionar os vários aspectos relacionados com esse tipo de atividade que o CORREIO BRAZILIENSE promoveu uma mesa-redonda, com a participação de personagens da vida noturna de Brasília. Expuseram seus pontos de vista, falaram sobre seus problemas e disseram de suas expectativas, Jorge Leite e Dodi, proprietários de casa noturna; as cantoras Glória Maria (a mais antiga da noite brasiliense), Malu Moraes e os músicos Marcus Pereira (violinista), Rênio Quintas (pianista), Daniel Jr. (baixista) e Jaime Ernest Dias (violinista).

IRLAM ROCHA LIMA
Da Editoria de Cultura

Pra começo de conversa, eu gostaria que Glória Maria, uma cantora com presença constante na noite brasiliense, desde o começo dos anos 60, falasse de sua experiência, que é, um pouco, a experiência de muitos que exercem seu ofício cantando em bares, restaurantes e boates.

GLÓRIA MARIA — Eu vim do Rio de Janeiro para Brasília em 1961. Lá, eu cantava em programas de calouros, como os do Renato Murce e do Ary Barroso. Aquel, participei também de programas de calouros, que eram comandados pelo Jorge Cury, este que é locutor esportivo. Ganhel muitos prêmios no Calouros de Brasília (era o nome do programa). Como eles não tinham mais prêmios para me dar, acabaram me contratando. Passei a ser funcionária da Rádio Nacional, na qualidade de cantora. Ainda em 61, comecei a cantar como crooner em casas noturnas. A primeira casa que cantei foi a boate do Brasília Palace Hotel, muito frequentada por aquelas pessoas que assessoravam o presidente Juscelino Kubitschek. Depois fui para o La Cave de Roi, que depois passou a se chamar Mug e que hoje é o Sereia. Em 66 voltei para o Rio, indo trabalhar no Bazarat, no Boco das Garrafas, e em seguida no Molin Rouge, também em Copacabana, onde fiquei 10 anos. Retornei a Brasília em 75, e fui cantar no Bataclã. Quer dizer, deixei de cantar numa casa fina no Rio, para vir para uma boate que oferece como atração shows de streep-tease. Hoje, depois de ficar um bom tempo no Choroão, canto no Plantella, considerada a casa dos políticos.

O que difere o Bataclã, situado num local visto como balcão, do Plantella, tido como Classe A, frequentado por gente importante?

GLÓRIA MARIA — Quando eu cantava no Bataclã, alguns músicos, alguns amigos meus me olhavam de maneira diferente. Uns me aconselhavam: sai dessa casa, isso não é lugar pra você. Não fica bem pra você cantar num inferninho. Mas eu nunca vi a coisa desse jeito. Sempre fui muito realista. Eu canto para o presidente da República, como para o frequentador de cabaré. Não faço restrição a nenhuma casa. Desde que eu tenha a minha postura de cantora, entro e saio de qualquer lugar, sem nenhum problema. Eu estou ali para trabalhar. Tem gente que hoje me chama de cantora do Presidente, só porque já cantei para o presidente Tancredo Neves, mas isso pra mim não muda nada, não modifica nada.

Eu gostaria de colocar, agora, uma questão meio polêmica, que é a da relação do músico com os proprietários das casas noturnas.

MARCUS PEREIRA — O que eu sinto em relação a isso é o seguinte: existe uma troca, uma vez que a casa que prestigia o músico é prestigiada por ele. Em princípio, o que a gente sen-

te em todas as casas noturnas é que a música entra como complemento, como pano de fundo. Não há uma estrutura para que o músico possa apresentar um show, um espetáculo bem elaborado. Em parte a culpa é do frequentador, que geralmente vai a um bar, a uma casa noturna, para bater papo com os amigos, tomar chope. Se tiver um sujeito tocando, fazendo uma musiquinha, até melhora. Mas acho que os donos das casas poderiam se preocupar mais em apresentar um espetáculo musical mais bem cuidado e, também, evitar ao máximo de colocar fita. Se você tem um pianista na casa e coloca uma fita de altíssima qualidade, com um pianista como o Bill Evans, por exemplo, fatalmente, depois de ouvir a fita, a pessoa vai fazer comparação com o pianista da casa. E esse acaba sempre em desvantagem, claro. Então, acho que se deveria fazer o seguinte: ou colocar a fita do próprio pianista, que está ali tocando, ou não tocar fita nenhuma.

A polícia entrava de metralhadora em punho, invadia os bares e mandava o músico parar de tocar. Muita gente dormiu na prisão por causa disto.

Tem que se encontrar uma forma de valorizar o músico, o que, no meu entender, valorizaria, também, a casa. Quanto mais a casa apresentar um espetáculo de nível, mais ela vai ser melhor conceituada.

Houve um tempo em que, além de conviver com outros problemas, o músico ainda vivia sob constante ameaça de detenção, por parte da polícia. Como é que está a coisa agora?

DANIEL JR. — Quando eu trabalhava no Camuti, aconteceu várias vezes essa violência contra os músicos. Eu não cheguei a ser preso, mas outros músicos, como o Cezinha, por exemplo, foram. Eles chegavam lá com todo aquele aparato, metralhadora em punho e agarravam os músicos. Certa vez um chegou pra mim, me segurou pelo braço e disse: Não mandei parar de tocar? E aí me levou para fora do bar. Mas, felizmente, o Renato (proprietário do bar), conversou com o policial e ele me liberou. Acredito que hoje isso não tem acontecido mais. No Fino's, onde trabalho atualmente, pelo menos, nunca presenciei esta cena lamentável.

JORGE LEITE — Essa foi uma experiência desagradável, que felizmente já é coisa do pas-

sado. Não que hoje os vizinhos tenham deixado de ligar para a polícia, para reclamar de casa noturna. Essa possibilidade continua existindo. A reclamação pode acontecer, mas eu creio que as pessoas compreenderam que a cidade ficaria muito triste sem a música. E os bares são uma frente de lazer muito importante, talvez a mais importante para o brasiliense, além de ser um mercado de trabalho para os músicos e outros profissionais. Hoje, também, há um grau maior de cuidado, por parte dos donos das casas noturnas e por parte dos músicos, em não fazer música com volume alto. Ao mesmo tempo, há um grau de tolerância muito maior por parte das autoridades. Pelo menos na Asa Sul, que é a área que atuo, os policiais, os delegados, são pessoas educadas e possuidoras de um grau de compreensão muito maior. Se há um problema de reclamação, você recebe um telefonema do delegado pedindo para baixar o som e tal. Com o Cavaquinho isso não tem acontecido, mas eu converso muito com donos de outros bares que, passando por situações como essa, re-

tisse essa cobrança, essa fiscalização, esse controle, se não houvesse uma legislação a respeito de nossa profissão, o que é que aconteceria? Não ia ter mercado, não existiria qualidade, porque qualquer um poderia ir para uma casa noturna e tocar e cantar qualquer coisa. E necessário uma regulamentação em torno disso.

MALU MORAES — Eu não participo efetivamente da noite, como cantora, mas eu frequento as casas noturnas com assiduidade e aqui, ali, estou dando uma canja. Além disso, eu tenho muitos amigos que são músicos, cantores, donos de casas noturnas, etc. Isso me leva a refletir sobre algumas questões já colocadas. A questão do Sindicato: A Ordem dos Advogados é um órgão normativo, mas ao mesmo tempo defende os direitos dos advogados. Eu sei que os arquitetos têm o Sindicato deles e o CREA, que funciona assim como a Ordem dos Músicos, no nosso caso. Eu acho que estamos no momento de repensar todas as questões. Já falamos várias coisas aqui, que é resul-

um exame para que se tire a carteira na Ordem dos Músicos e como esse exame delimita dois lados, que é o popular e o erudito, que não diz nada, então seria um caso de se fazer a classificação por níveis. O músico

A Escola de Música precisa mudar muita coisa. A filosofia ainda é formar músico de orquestra, um mercado restrito. É um ponto que deve ser modificado.

pode, periodicamente, passar por exames na Ordem para subir de nível. A partir disso, poderia se fazer um nivelamento e estabelecer cachê para cada

formar músicos de orquestra, mas também formar arranjadores, instrumentistas que tenham possibilidade de tocar em casas noturnas, músicos para gravar em estúdios. Quer dizer, go. Essa deficiência poderia ser suprida por músicos saídos da Escola de Música, desde que, obviamente, tivessem formação para isso.

No entendimento de vocês, qual é a função da música numa casa noturna?

JORGE LEITE — A ideia que tenho da música num bar, numa casa noturna, é a de humanizar o ambiente, de tornar as pessoas mais felizes e permitir que, através dela, as pessoas se descontraçam, que através da música as pessoas possam fazer novos relacionamentos.

Com a música ao vivo há um aumento do consumo da casa?

JORGE LEITE — Isso varia muito. Comparando mais gente — e a música ao vivo atrai mais gente — a tendência é haver um consumo maior. Mas na minha casa já houve caso da música atrapalhar o consumo. Um grupo de samba que tocava lá se empolgou e passou duas horas seguidas tocando. Ai

música funcionando no subsolo, meu custo, não só com a música, mas com toda a parte operacional, é muito alto. Qualquer isenção de qualquer coisa que eu possa ter, me permite manter a casa viva, gerando trabalho para os músicos, num maior número de dias possível. No caso do ICM, a minha casa, por ser uma microempresa, teria isenção, se o estatuto da microempresa já tivesse sido regulamentado em Brasília. Acho que por menos que eu pague de ICM, já vai ser uma despesa abatida, que vai me permitir oferecer trabalho para um músico. Mas eu queria voltar às colocações feitas pelo Marcus Pereira. O Mistura Fina funciona de maneira realmente diferente dos outros bares. O Jorge Leite vê na música uma forma de tornar mais descontraído, mais alegre o ambiente no bar. Pra mim é mais que isso. No Mistura Fina o bar nasceu com a música. Começamos com uma brincadeira, numa quarta-feira, que era véspe de feriado. Havia entrado de sócio com um outro jornalista, o Rubinho. Naquela quarta-feira convidel alguns amigos, quase todos músicos amadores e o Martinho Pereira, um contrabaixista profissional, para irem tocar lá. Tocamos a noite inteira. Na outra quarta-feira contratei o Martinho e o Saulo Ferreira, que até hoje toca com a gente. A partir dali, todas as quartas-feiras passou a ter noites de jazz no Mistura Fina, sempre com a presença de um grande público. Aos poucos fomos ocupando, com música, outros espaços da semana. Minha preocupação, desde o início, é para que o trabalho dos músicos seja valor-

As pessoas em Brasília não estão acostumadas a pagar o couvert artístico. Acham um crime ter que pagar para ouvir um músico.

zado, mesmo sendo num bar. Espero a compreensão dos músicos no sentido de que aquilo é um bar e não um teatro. Como o que temos é uma microempresa, não existe uma infraestrutura que permita realizar espetáculos superproduzidos. Mesmo assim, na última terça-feira, levamos lá o show da Rosa Passos, que havia sido apresentado, antes, na Sala Funarte.

O brasiliense não gosta muito de pagar couvert artístico, não é mesmo?

DODI — Isso é outro problema. As pessoas em Brasília não estão acostumadas a pagar o couvert artístico. Acham um crime se cobrar o couvert para ouvir um músico de qualidade. É um mercado que está se formando, um mercado diferente do mercado do Rio e de São Paulo. Já houve caso de um rapaz que ao receber a conta, se negar a pagar o couvert artístico, afirmando que não havia gostado da música. E demais. Chegou um momento em que, para manter o nível da música que ofereço no Mistura Fina, tive que limitar o número de apresentações, fazer um corte na programação. Se as coisas não melhorarem, vai chegar uma hora em que só poderei ter música ao vivo às sextas-feiras e sábados. Por isso é que pleito coisas tipo regulamentação imediata do estatuto da microempresa em Brasília, para que a gente fique isento do ICM; um melhor critério para a cobrança da contribuição para o ECAD; e crédito bancário para que eu e outros proprietários de bares e casas noturnas possamos oferecer melhores instalações para o público e uma estrutura melhor para os músicos poderem exercer mais dignamente seu ofício. Outra coisa, poderíamos ter maior apoio da Fundação Cultural, do Departamento de Turismo, no sentido de divulgar as casas noturnas. Não acredito que o turista que venha a Brasília só queira ir ao Stalão. Ele só vai ao Stalão, porque não sabe quais são as outras opções que a cidade oferece.



solvem tudo na maior boa paz com a vizinhança, com a delegacia, sem haver necessidade da presença de metralhadoras e escopetas, como há dois, três anos atrás.

Como é que os músicos, os proprietários de casas noturnas veem a ação da Ordem dos Músicos e do Sindicato?

RÊNIO QUINTAS — Eu acho que o problema principal em relação a tudo isso que a gente está falando, o que está por trás de tudo isso, é a falta de uma tradição da cidade. Só agora é que as pessoas que moram em Brasília começaram a conviver com a cidade, a ter uma boa relação com ela. Antes, não existia essa relação afetiva entre Brasília e seus habitantes. Os espaços da cidade estão começando a ser ocupados, agora. Até então a cidade não tinha alma. O negócio do músico em relação ao Sindicato, à Ordem dos Músicos, se assemelha a isso que falei antes. Como só agora os espaços estão sendo ocupados, só agora os músicos começaram a se mobilizar, a se reunir, a partir de um fato concreto, que é o lance da burocracia, que surge como obstáculo, para quem precisa prestar um determinado tipo de serviço, no caso do músico, tocar. O Sindicato não tem sindicalizados. A Ordem dos Músicos briga sozinho entre quatro paredes. Não existe tradição de prestação de serviço de uma Ordem dos Músicos, nem de uma entidade de classe, como o Sindicato. Existe uma total ignorância em relação ao papel dessas entidades. Então, precisaria de uma maior conscientização, de um maior esclarecimento em relação ao papel do Sindicato e da Ordem.

O que é hoje a Ordem? Como ela é vista? É vista como uma aporinhadora de patrão, de dono de casa noturna. O músico acha que a Ordem não lhe presta nenhum serviço, porque para tocar numa casa ele tem que vencer uma série de obstáculos. Mas, por outro lado, se não existisse essa cobrança, essa fiscalização, esse controle, se não houvesse uma legislação a respeito de nossa profissão, o que é que aconteceria? Não ia ter mercado, não existiria qualidade, porque qualquer um poderia ir para uma casa noturna e tocar e cantar qualquer coisa. E necessário uma regulamentação em torno disso.

MALU MORAES — Outra questão que eu gostaria de colocar é a do estabelecimento de um salário para o músico de casa noturna. Acho que seria justo pensar numa coisa em termos do tamanho da casa, da sua localização. Porque uma coisa é cantar, tocar no Vitrine Music Hall. Outra é cantar no Mistura Fina e uma outra é cantar num barzinho no Guarã ou em Taguatinga, que tem oito mesas. Talvez uma média tirada disso fosse uma solução para o músico da noite. Há uma diferença muito grande entre o Marcus Pereira, um músico formado pela Sorbonne e um outro violinista, que não tem nenhuma formação.

RENIO QUINTAS — Deixa eu esclarecer o aspecto legal da coisa. A Ordem dos Músicos foi criada com as seguintes atribuições: fiscalizar a profissão do músico e criar condições mínimas de conhecimento para o músico. Pelo que determina a lei é isso. Ao Sindicato cabe fazer a defesa dos direitos do músico. E de sua competência, também, todo aquele espectro social, que se conhece, relativo à atividade de um sindicato.

RENIO QUINTAS — Deixa eu esclarecer o aspecto legal da coisa. A Ordem dos Músicos foi criada com as seguintes atribuições: fiscalizar a profissão do músico e criar condições mínimas de conhecimento para o músico. Pelo que determina a lei é isso. Ao Sindicato cabe fazer a defesa dos direitos do músico. E de sua competência, também, todo aquele espectro social, que se conhece, relativo à atividade de um sindicato.

MALU MORAES — Outra questão que eu gostaria de colocar é a do estabelecimento de um salário para o músico de casa noturna. Acho que seria justo pensar numa coisa em termos do tamanho da casa, da sua localização. Porque uma coisa é cantar, tocar no Vitrine Music Hall. Outra é cantar no Mistura Fina e uma outra é cantar num barzinho no Guarã ou em Taguatinga, que tem oito mesas. Talvez uma média tirada disso fosse uma solução para o músico da noite. Há uma diferença muito grande entre o Marcus Pereira, um músico formado pela Sorbonne e um outro violinista, que não tem nenhuma formação.

músico que trabalhe em casa noturna. Porque é injusto você colocar um piso salarial tanto para um músico que estudou, que se dedicou, como para aquele outro que não teve esse tipo de preocupação, que só está a fim de descolar uma grana, tocando. Isso precisa ser melhor definido, ter um critério mais justo.

Dia desses, em entrevista que me concedeu, o Edgar Eichler, assessor para assuntos musicais da Fundação Cultural, di-

A música ao vivo atrai mais gente, mas às vezes atrapalha o consumo. O pessoal pára de beber e cai no samba

zia que a Escola de Música precisa se reciclar, no sentido de não formar apenas músicos eruditos, mas se preocupar, também, com a formação de músicos que possam ser absorvidos pelo mercado, por casas noturnas, por exemplo. O que vocês acham disso?

JAIME ERNEST DIAS — Com relação à Escola de Música teria que se mudar muita coisa. A filosofia maior da Escola, até hoje, é formar músico de orquestra, mais que isso, formar músicos para um mercado restrito, músicos de corda e soprano. Violão e piano, que são instrumentos mais requisitados no mercado de música popular, são estudados na Escola, como instrumentos complementares. Tanto a Escola de Música, como a Universidade de Brasília deveriam se preocupar mais em enfocar os possíveis mercados de trabalho. Não deixar de